

**MEDIDA PROVISÓRIA 1031, DE 2021**

**EMENDA MODIFICATIVA**

SF/21567.20937-56

Dê-se à alínea c, do inciso III, do art. 3º, da Medida Provisória 1031, de 2021, a seguinte redação:

“ Art. 3º.....:

.....

III - .....:

.....

c) criar ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União, nos termos do disposto no § 7º do art. 17 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dará o poder de voto nas deliberações sociais relacionadas à transferência do controle acionário da Companhia; a operações de desinvestimento, liquidação, fusão, incorporação e cisão; a modificação do objeto, das sedes e da denominação social da Eletrobras e de suas subsidiárias; e ao encerramento das atividades do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda pretende garantir o disposto no artigo 8º da Lei nº 9.491/97 e artigo 17, §7º da Lei nº 6.404/76, garantindo à União a possibilidade de interferir em atos específicos das empresas desestatizadas, mas consideradas integrantes de um núcleo estratégico de ação governamentais, como é o caso das empresas estatais do setor elétrico.

Dessa forma, o objetivo central das golden shares é garantir ao Estado a possibilidade de intervir pontualmente em questões intimamente relacionadas com o interesse social.

Trata-se, portanto, de atividade vinculada à soberania nacional, o que justifica, sem dúvida alguma, a necessidade de estipular ações preferenciais com direitos e garantias robustos.

**Sala das Sessões em**

**SENADOR PAULO ROCHA**

**PT/PA**